

EJA e PROJOVEM: DIFERENTES MODALIDADES DE ENSINO PARA OS JOVENS BRASILEIROS?

A Educação de Jovens e Adultos possui um histórico de indiferença no cenário da educação nacional. Apesar disto, mais recentemente, esteve mais presente nas discussões e implementações de políticas públicas para a educação, principalmente durante o governo Lula (2003 a 2010). Neste período, diversos programas voltados para a educação do público jovem e adulto surgiram. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, que oferece aos jovens de 18 a 29 anos, a conclusão do Ensino Fundamental aliado à educação profissional, e um auxílio de 100 reais mensais é um exemplo. Apesar de não ser reconhecido formalmente como uma modalidade da EJA, o PROJOVEM atende indivíduos de faixa etária equivalente e enfrenta grande índice de evasão, problema recorrente na EJA. Neste sentido, buscamos, a partir do estudo de fontes bibliográficas que discutem questões como EJA, juventudes e políticas públicas, analisar as características deste programa que se assemelha à EJA e que nos fazem acreditar que deva ser reconhecido como parte desta modalidade. A EJA, reiterada pelas suas Diretrizes Curriculares como modalidade da Educação Básica, tem um caráter próprio, já que atende a um público com especificidades, como faixa etária avançada, diferentes histórias de vida e interesses, características que são inerentes também ao PROJOVEM. As semelhanças continuam quando constatamos que boa parte dos alunos da EJA e do PROJOVEM, estão desempregados, atuam em empregos precários ou no mercado informal, já que, em ambos os casos, os indivíduos atendidos pertencem a grupos sociais desfavorecidos. O grupo dos jovens compõe o segmento mais atingido pelo desemprego também no Brasil. Na busca por mudanças, matriculam-se na EJA ou participam do PROJOVEM, já que muitos atribuem à escola a possibilidade de “uma vida mais digna”. Assim, tanto a EJA quanto o PROJOVEM podem ser analisados como possíveis soluções para problemas sociais, que abrangem tanto a falta de acesso à escolarização na idade dita apropriada, quanto a permanência nas instituições de ensino, o que eleva a dificuldade de se estabelecer em um mercado de trabalho tão exigente. Apesar disto, alguns pesquisadores sugerem que a formação oferecida nas duas modalidades é insuficiente para disputar uma vaga de emprego, o que seria mais

grave no caso do PROJOVEM já que a formação profissional também é considerada deficiente. Tais características nos levam a acreditar que o PROJOVEM, bem como outras políticas recentes similares voltadas para este público, deve ser considerado parte integrante da modalidade da EJA. As lacunas deixadas na EJA por mudanças políticas, econômicas e sociais, tornaram seu público cada vez mais jovem, o que resultou na necessidade da implementação deste e outros programas. As dificuldades que ainda existem refletem-se no programa, o que ressalta suas falhas e lhe dão cunho assistencialista. Assim sendo, é necessário que haja reformas na Educação de Jovens e Adultos, que garantam melhor qualidade social e maior valorização dos profissionais na formação, na remuneração e nas condições de trabalho, o que contribuiriam significativamente para a formação dos estudantes.